

## VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

NIRE: 43300042090

em 31 de dezembro de 2018 parceria para financiamento

	e			Patrimoniais 17 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Fluxos de Caixa e findos em 31/12/2018 e 2017 (Em r			е	Demonstraçõe exercícios/semestre	s das Mutações findos em 31/12				ais)
	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Not	a 2018	2017		2º Sem./18	2018	2017			Reserva d			
Circulante		262.498	194.567	Circulante		40.738	58.016	Lucro líquido após o I.R. e contrib. social	2.011	4.468	8.023		Capit. Soc.	Legal Es	tatutária L	ucr. acum.	Tota
Disponibilidades	4	903	589	Depósitos a prazo		1.689	151	Ajustes por:				Saldos em 1º/01/2017	33.288	1.677	-		34.96
Títulos e valores mobil.		48.084		Depósitos a prazo	7	1.689	151	Constit. provis. p/ oper. crédito liq. duvidosa	37.041	64.626	33.713	Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.023	8.02
Carteira própia	4	48.084		Recursos aceites e emis, de tít		22.511	48.136	Provisão passivos contingentes	54	151		Destinação dos lucros:					
Operações de crédito		202,421	167.866	Recursos de aceites cambiais	8	22.511	48.136	Depreciações e amortizações	396	781	473	Reserva legal	-	401		(401)	
Setor privado	5a			Outras obrigações		16.538	9.729		3.572	_5.536	6.373	Reserva estatutaria	-	-	3.901	(3.901)	
Provis. p/ oper. de crédito				Cobrança e arrecad. de tributos	<b>-</b>				41.063	71.094	40.559	Dividendos distribuídos			(1.888)	(3.721)	(5.609)
de lig. duvidosa	5b	(14.811)	(9.941)	assemelhados		449	124	Variações nos ativos e passivos				Saldos em 31/12/2017	33.288		2.013	-	37.37
Outros créditos	0.0	11.090		Fiscais e previdenciárias		1.488	1.899	(Aumento) em operações de crédito		107.207) (		Mutações do exercício		401	2.013	-	2.41
Outros créditos diversos	6	11.090		Outras obrigações - diversas	q	14.601	7.706	(Aumento)/redução em outros creditos	(1.252)	(632)	(711)	Saldós em 31/12/2017	33.288	2.078	2.013		37.37
Realizável a longo prazo	U	26.332		Exigível a longo prazo	0	216.036		Aumento em depositos a prazo	2.624	6.528	1.149	Lucro líquido do exercicio	-	-	-	4.468	4.46
Operações de crédito		25.879		Depósitos a prazo		5.988	998	Aumento em recursos de aceites cambiais e	00 450	04 005	04 045	Destinação dos lucros:		004		(00.4)	
Setor privado	52	67.579		Depósitos a prazo	7	5.988	998	Ciliosao de titulos	4.603	61.895 7.281	2.494	Reserva legal	-	224	4 244	(224)	
Provis. p/ oper. de crédito	Ja	01.513	00.040	Recursos aceites e emis. de tít			121.264	Aumento/(redução) em outras obrigações				Reserva estatutaria	-	-	4.244	(4.244)	(4.047
de lig. duvidosa	5h	(41.700)	(22 002)	Recursos de aceites cambiais		208.784			(3.695)	( <b>32.135)</b> ( (7.671)	(6.456)	Dividendos distribuídos Saldos em 31/12/2018	33.288	2 202	(4.347)	-	(4.347 <b>37.50</b>
Outros créditos	JD	453		Outras obrigações	O	1.264	1.225			35.756			33.200	2.302	1.910	-	37.50
Outros créditos diversos	6	453			0	1.264	1.225		. 14.142	33.730	(1.701)	Mutações do exerício Saldos em 30/06/2018	33.288	2.201	(103) <b>1.216</b>	-	36.70
	O			Outras obrigações - diversas	10	37.500			(61)	(223)	(5.558)	Lucro líquido do semestre	33.200	2.201	1.210	2.011	2.01
Permanente		5.444		Patrimônio líquido	10	37.500	37.379	Caixa líquido prov. das ativid. de investim.	(61)	(223)	(5.558)	Destinação dos lucros:	-	-	-	2.011	2.01
Imobilizado de uso		5.444		Capital		00.000	00 000		(01)	(223)	(3.330)	Reserva legal		101		(101)	
Imobilizado de uso		7.151		De domiciliados no país		33.288		Dividendos pagos	(1.216)	(4.347)	(8.283)	Reserva estatutaria	-	101	1.910	(1.910)	
Depreciações acumuladas		(1.707)	(942)	Reservas de lucros		4.212	4.091	Caixa líquido utilizado nas ativ. de financ.	(1.216)			Dividendos distribuídos			(1.216)		(1.216
Intangível		4 470	4 470					Variação líquida de caixa e equiv. de caixa	12.865			Saldos em 31/12/2018	33.288	2.302	1.910		37.50
Intangivel		1.170	1.170	<b>.</b>				Caixa e equivalentes de caixa	12.000	0100	(10.022)	Mutações do exerício	33.200	101	694	-	70
Amortizações acumuladas		(1.170)	(1.170)	Total do passivo e	_		040.000	No início do poríodo	36.122	17.801	33.423	As notas explicativa	os são narte interi	rante das di		es financeira	10
Total do ativo			218.882			294.274	218.882	No fim do período	48.987	48.987	17.801						
As nota	s expli	cativas são	parte inte	grante das demonstrações financeira	S			(Red.)/aum. de caixa e equivalentes de caixa				Demonstrações dos	Resultados do	s exercicio	s/semestr	e findos em	1
Notas ext	olicati	vas às de	monstra	ções financeiras (Em milhares de	Rea	is)		As notas explicativas são parte integrante das				31/12/2018 e 2017 (Em	milnares de reai	s, exceto IL	icro por lote		
				,		,	nonooire"			,		1				2018	2017
foi constituído em 20 de ego	via C	2001 000	iciau0ia c	o.A Gredito, Financiamento e inv	condi	ndoro C A	Crédita	<ul> <li>") Verdecard, Cartão Sigacred, Cartão Breithau</li> <li>p. antecipação de recebíveis. A rubrica de "outros</li> </ul>	pi, credito	refere co	o títulos			Nota		Exerc.	Exerc
ioi constituida em 20 de ago	เรเบ นิย	2001. COII	n a uenon	ili lacao social de Quelo-Quelo Fili	anticle	auuid S.A	Greato	o, antecidadao de recepiveis. A fublica de l'outros	s creditos 1	erere-se	a titulos	Receitas da intermediacão	tinanceira		4/674	183 023 1	142 250

As notes explicatives action integrand des demonstrações financiars (PRed.) yourn, de caba e equivalentes de caba (1.2865 3.1186 (16.522) A local de Caba (1.2865 3.1186 (16.522) A local de caba e equivalentes de caba (1.2865 3.1186 (16.522) A local de caba e equivalentes de caba (1.2865 3.1186 (16.522) A local de caba (1.286

azo de cinco anos ate sua total amortização. Ativos não financeiros estato sujeitos a avaliação ao valor cuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias dicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes. h. <u>Passivos circulantes e exigíveis em longo</u> azo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as ariações monetárias ou cambiais incorridos. <u>i. Tributos</u>: Os tributos são apurados com base nas alíquotas monetardas no quadro a seguir:

Alíquotas vigentes I ributos mposto de renda (15% + adicional de 10%) Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL PIS/PASEP

r Pessoas jurídicas	5.065	434		5.753		
e Total da carteira	212.325	61.516	10.970	284.811	217.752	
e Total provisão p/						А
<ul> <li>crédito liq. duvidos</li> </ul>						A v
r Total líquido	167.232			228.300		Cir
s b) Composição da						Ēx
n apresentam o segu	inte perfil por	faixa de ve	encimento das	s parcela:	S:	To
<u>s:</u> s			Outros créd.			8) F
	Emprést. e					réfe
ır	antecip. de		concessão			
a Vencimento	recebíveis	CDC	<u>de crédito</u>	2018	2017	dist
e Vencidos						Αv
A partir de 15 dias	44.571	6.058	9.458	60.087	32.833	ΑV
s A vencer						Av
Até 3 meses	86.979	24.577		113.068		To
S De 3 a 12 meses	75.290	28.875		104.165		Cir
a De 1 a 3 anos	5.270	2.004	-	7.274		Cir
S Após 3 anos	215	2		217	14	Tot
a Total da carteira	212.325	61.516	10.970	284.811	217.752	9) ( Val
a Provis. p/créd. de	(40.000)	(4.455)	(47)	(44.044)	(0.044)	Val
a liq.duvid C.Prazo	(13.309)	(1.455)	(47)	(14.811)	(9.941)	Cre
n Provis. p/créd. de	(24.704)	(4.755)	(5.404)	(44 700)	(22.002)	Pro
e liq.duvid L.Prazo	(31.784)	(4.755)	(5.161)	(41.700)	(22.092)	Pro To
O Total provis. p/	(45.002)	(0.040)	(5.000)	(EC E44)	(22.022)	Cir
n créd. liq. duvid.	(45.093) 167.232	(6.210) 55.306	(5.206)	(56.511)	185.719	Evi
e Total líquido				220.300	105.719	Exi
o <u>c) Composição da «</u> o	Jantena de op	erações de	CIEUILO.			(a)
-	Operac	:ões de cré	dito em 201	8 Provis	são 2018	(4)

	Emprést. e		Outros créditos			Mínima	C
vel	antecipação.	Financia.	c/característica		(Res.nº2	.682/99)	F
	de receb.	CDC	conces. crédito	Total	- %	em R\$	0
	123.847	50.188	1.187		0,5%	876	p
	11.417	2.431	1.098	14.946	1,0%	149	p
	10.553	1.153	1.247	12.953	3,0%	389	
	11.314	967	1.134	13.415	10%	1.342	p
	9.270	681	894		30%	3.254	g
	7.522	627	843	8.992	50%	4.496	n
	6.775	610	725		70%	5.677	p
	31.627	4.859	3.842		100%	40.328	
tal	212.325	61.516		284.811		56.511	p
		Opera	ções de crédito	em 2017	Provis	ão 2017	1
	Emprést. e		Outros créditos			Mínima	F
vel			c/característica		(Res.nº2		е
	de receb.		conces. crédito	Total		em R\$	S
	78.283	66.441		145.408	0,5%	727	е
	8.174	3.775	624	12.573	1,0%	126	С
	6.489	1.894	512	8.895	3,0%	267	
	8.250	1.475	513	10.238	10%		Ļ
	7.047	1.261	519		30%	2.648	(-
	4.958	958	412		50%	3.164	(
	3.523	710	452		70%	3.279	E
	15.024	3.702	2.072		100%	20.798	F
tal	131.748	80.216		217.752		32.033	T
			s renegociados to				1
.77	5 em 2017), a	s baixas d	e créditos em atra	aso há m	nais de 3	60 dias	ir
			36 em 2017) e as				2
			lo IOF sobre a ope	ração) fo	ram de F	₹\$ 5.577	ė
	296 em 2017).						_
			ara crédito de liqui				

ritas na Nota Explicativa nº 3.e. utros créditos - diversos:	2018	
ntamentos e antecipações salariais	82	2017 e 56 A
res a rec. de sociedades ligadas (nota 16		300 E
litos tributários de impostos e contrib. (a)	9.208	300 D 7.657 S
edores por depósitos em garantia	10	3 -
edores diversos - País (b)	2.124	1.340
pesas antecipadas com seguros	4	1.0-10
i	11.543	9.360 c
ulante	11.090	8.900 A
izável a longo prazo	453	460 R
izavel a longo prazo	11.543	9.360 0
Referem-se ao imposto de renda e à		
strados para refletir os efeitos futuros atrib		
entre a base fiscal de ativos e seu respec		
a legislação vigente, foram atendidas tod		
constituição e a manutenção dos cre		
mações na Nota Explicativa nº 11.b. (b) C		
refere-se a créditos a receber em D+2		
uro de Proteção Financeira a receber da l		eniauas e <u>R</u>
		(Booiboo
epósitos a prazo: Os depósitos a prazo	referenti-se a RDBs	(RECIDOS fi

2.000 (50.311) (16.587) (11) (33.713) 91.948 (77.552) 9.166 (5.834) (74.076) (6.174) 72 (706) perações de captação no mercado espesa cambial rovisão para créditos de liquidação duvidosa | Resultado bruto da intermediação financeira | 52.819 |
Outras receitas (Idespesas) operacionais	79.399
Despesas de pessoal	79.399
Outras despesas administrativas	79.399
Despesas tributárias	79.4841
Outras receitas operacionais	79.399
Outras despesas administrativas	79.399
Outras receitas operacionais	79.399
Outras receitas operacionais	79.399
Outras despesas operacionais	79.399
Resultado antes da tributação sobre o lucro	
Imposto de renda e contribuição social	79.799
Provisão para imposto de renda	79.799
Provisão para contribuição social	79.799
Outras receitas operacionais	79.399
Outras receitas operacionais	79.399
Outras despesas operacionais	192 (1.286) **10.004** (**5.536**) (3.848) (3.239) 1.551 **4.468 100.000 44,68** 14.396 (6.373) (3.895) (3.250) 772 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras 2017 727

3.668 231.295 22.511 208.784 231.295 169.400 48.136 121.264 169.400 Outras obrigações - Diversas:
alores a pagar a sociedades ligadas (a)
redores diversos - País (b)
rovisão para pagamentos a efetuar (c)
voisão para passivos contingentes (d) 8.931 7.706 1.225 8.931 Circulante 14.601 / 7.706
Exiglivel a longo prazo 1.264 | 1.225
Total 1.5865 8.931
(a) Refere-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 16 (c) e valores a repassar com a sociedade ligada Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A., Lojas Quero-Quero S.A. e comissões a pagar a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A. (b) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas, contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do exercício pelas novas parcerias. O principal saldo no montante de R\$ 5.096 (R\$ 3.316 em 2017), refere-se à parcela de seguro de proteção financeira a ser repassada para a loatu Seguros S.A. (c) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica. (d) O valor de provisão para passivos contingentes refere-se as provisões para eventuais perdas decorrentes de processos cíveis estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais, descritas na Nota Explicativa nº 17. 10) Patrimônio líquido: Capital social; O capital social subscrito e integralizado está representado por 100.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País. Reserva legal; E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Juros sobre capital próprio/dividendos; Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.
Demonstração do cálculo dos dividendos:

1.087 4.468 8.023 (2.94) (401) (2.013) 8ase de cálculo dos dividendos em ada 3.280 4.207 7.010 9.000 9.000 9.0000 9.0000 9.0000 9.0000 9.00000 9.00000 9.00000 9.00000 9.00000 9.000000 9.000000

2017 Lucro antes do I.R. e contribuição social 5.583 1
28.856 Efeito das adiç. e exclus. no cálculo dos tributos 2.388 5
Diferenças temporárias de provisões 39.995 6
33.713 (-) Exclusões por perdas fiscais (37.688) (67. Exerc. 10.004 6.191 69.466 (63.462) 187 16.195 (7.087) Exerc. 14.397 1.855 38.436 (36.722) 141 16.252 (7.145) 23.019 5.755 17.015 4.254

Apuração:
Diferenças temporárias
Saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa
não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social
Créd. tributário liquido constituído no exercício - 1.R. - 25 %
Crédito tributário liquido constituído no exercício - Contribuição
social - 20% em 2017 e 15% em 31/12/2018
Crédito tributário de impostos e contribuições
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")
Crédito tributário de impostos e contribuições
Movimentação:
2° Sem./18 3.453 **9.208** 8.755 453 **9.208 2018** 7.657 1.501 ssarias - Contribuição social (690)

e mais Saldo final crédito tributário diferido 9.208 9.2

e mais Saldo final crédito tributário diferido 9.208 9.2

exersos % sobre o patrimônio líquido 24,55 24,50 24,50 24,50 24

adas e Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores non revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável ecibos futuros, quando os valores Período 218 2018 2018 8

2017 cuja expectativa é conforme 2019 2020 8.2010 2020 8.2010 2020 8.2010 2020 8.2010 2020 8.2010 2020 8.2010 2020 9.2010 2020 9.2010 9

3.403 7.657 7.201 456 7.657 2017 6.885 429 343 7.657 20,48 e serão eríodos

8 755 9.208 (continua >>>)

(>>> continuação nota explicativa 11)	(a) Valores a receber referente a prestação de serviços do FIDC e Seguro de Proteção Financeira.	
Valor presente dos créditos tributários: De acordo com o estabelecido no inciso V do art. 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos	(b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2018 e 2017. (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às	permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites
creditos tributarios, calculado considerando a taxa media de captação de 7,18% a.a.,	obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito	estabelecidos pela Administração, e não estão previstas em suas políticas operações
R\$ 3.343 (R\$ 3.377 em 2017) referentes à contribuição social.  12) Receita de operações de crédito:  2018	concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de	considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 31 de dezembro
2º Semestre Exerc. Exerc.	parceria celebrado entre as partes, com vigência afé 5 de outubro de 2020, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é	efetuou cessões de crédito no período divulgado
Receita com juros contratuais	remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira. (d) Contats a pagar - repasses referem-se	10) Limita aparacional (Acordo de Pacileia). Em 21 de dezembro de 2019 e
Total 96.564 181.157 139.379	exercicio a serem repassados em D+1. <b>Remuneração dos administradores:</b> No exercicio findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de	Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido para o Patrimônio de Referên-
	Terriurieração lixa, comornie as responsabilidades de seus Administradores, estavant assim	nal, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos
intermediação de operações de seguro prestamista e tarifas de operações do cartão de	<u>2018</u> <u>2017</u>	complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99. a. Cálculo do Índice de Basileia:
crédito, conforme composição abaixo: 2018 2017 2º Semestre Exerc. Exerc.	Remuneração	Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia
Receita com comissões sobre vendas de seguros 2.706 4.964 2.929	Encargos sociais       94       174       173         Total       515       946       929	Patrimônio líquido 2018 2017 37.500 37.379
Receita de serviços prioritários	Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração	B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais 37.500 37.379
Total 9.399 16.805 9.166	baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem	Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWAcpad) 20.877 17.667 2 - Risco de mercado (RWAmpad) -
14) Outras despesas administrativas: 2018 2017	como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que	3 - Risco operacional (RWAopad) 944 14.426
Zº Semestre         Exerc.         Exerc.         Exerc.         63.117           Despesas de serviços de terceiros (a)         38.407         77.161         63.117	participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais	D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operaç. sujeitas à
Despesas com serviços técnicos especializados 1.983 4.119 3.162	resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de	variação de taxas de juros não classif. na carteira de negociação 573 456 E - Valor da margem ("B"-"C"-"D") 15.106 4.830
Despesas com processamento de dados         2.080         3.973         2.866           Despesas com viagens         581         843         553	10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por	F - Adicional de Capital Principal 4.744 4.337
Despesas com propaganda e publicidade         1.332         2.312         1.156           Despesas de comunicações         486         737         550	cento) quaisquer dos diretores ou administradores da propria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.	G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E-F") 10.362 493 H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAN 22.394 32.549
Outras despesas	17) Provisões para passivos contingentes: O valor das contingências contra a Financeira	I - Total das exposições ponderadas pelo risco: ("C"/Fator F) 252.999 346.949
(a) Em 31 de dezembro de 2018, do montante de R\$ 77.161 (R\$ 63.117 em 2017) da	cias classificadas como possíveis não provisionadas totalizaram, o montante de R\$ 2.104, em 31	J - Capacidade de alavancagem: ("E"/Fator F)       175.136       52.222         K - Indice de Basileia: ("B"/("C"/Fator F))       14,82%       10,77%
	de dezembro e 2018, (R\$ 1.755 em 2017), referente a processos cíveis e trabalhistas.	L - Índice de Basileia amplo: ("B"/(("C"/Fator F)+"D")) 14,79% 10,76%
partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.c.	2018 2017 2º Semestre Exercício Exercício	<u>b. Limites Operacionais:</u> O Banco Central estabeleceu, conforme Circular n° 3.686/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos
	Saldo inicial provisão para passivos contingentes 97	regulamentares. Em 31 de dezembro de 2018, as posições da Instituição e as
Programa de integração social (PIS) 0,65% 627 1.170 832	Solds final prov. p/pagaivas centingentes no competralovers 451 451	exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstra- das a seguir:
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) 4,00% 3.857 7.198 5.152	18) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Os principais riscos relacionados aos	Limites regulamentados Exigência (Exigência/Limite) Situação
Imposto sobre serviços (ISS) 4,20% 354 649 183	integrada de risco: em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, a Financei-	<b>31/12/2018</b> Compatibilização do PR com PRE 21.821 37.500
automotores (IPVA) - 7	ra estabeleceu uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos responsável pela identificação, pela	Imobilização 18.750 5.444
4.041 5.022 0.174	estrutura através de metodologia apropriada realiza avaliações periódicas nos processos	0.000 at 1.000 and 1.000 a
principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em	tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. <u>b. Risco de mercado:</u> em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a <u>Financeira implementou</u> uma estrutura para	Imobilização 18.690 6.002 Cálculo Margem
condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de	gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão	Limite para Imobilização (LI) (1) 18.750 18.690
prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume	do risco de mercado. c. <u>Risco de crédito:</u> possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas	Valor da situação para o Limite de Imobilização (LI) (2) 5.444 6.002 Margem = (1) - (2) 13.306 12.688
das operações e os prazos de pagamentos, são os seguintes: 2018	obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de credito em sua carteira se	Cálculo Indice de Imobilização
Agrop. Lojas Verde Adm. Sentinela Via Certa	mitique exposições, atendendo, assim, a Resolução CMN nº 3.721/2009. d. Gerenciamento de	Margem sobre PR (Margem/PR) (4) 35.48% 33.94%
Quero Cartões Coxilhas Participa- Pessoas	capital: a estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 4.557/2017 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência	Indice de Imobilização 14,52% 16,06%
	Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de	Wilmar Hammerschmitt - Presidente; Moacir Carlos Engelmann - Diretor de
(Passivo) Rec. aceites camb. (b) - (8.194) (1.120)(178.252)(187.566)	capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. <u>e. Risco</u> <u>de liquidez</u> ; relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos	Operações; <b>Fábio Von Groll</b> - Diretor Adm. e Financeiro; <b>Ademir Rogério Diel</b> - Diretor de Negócios; <b>Adelar José Diel</b> - Contador CRC/RS 062617.
Desp. adm. pagar (c) (457) (114) (571) Contas a pg - repasses (d) - (4.611) (4.611)	Relatório dos auditores independentes sobi	re as demonstrações financeiras
Resultado (4.317)  Rec. aceites camb. (b) (337) (142) (10.887) (11.366)	Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A Crédito, Financiamento e	
Rec. de seg. prot. financ. 785 785	Investimentos, Santo Cristo - RS. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o	e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes
Despesas admin. (c) (21.990) (2.521) (24.511)	balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data,	existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas
	bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas	perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas
Invest. e schmitt & pações Empr. Partic.	contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequada- mente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financia-	
Rec. de aceites camb.(b) (3.137) (32) (1.474) (6.910) (5.581) (17.134)	dora S.A Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de	mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e
<b>Resultado</b> Rec. de aceites camb.(b) (229) (2) (112) (527) (399) (1.269)	suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ás instituições autorizadas a funcionar pelo	independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos
Fácil Prom de	Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com	
	tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela	
(10.202)	auditorio des demenstracione financeiras" Comos independentes en estera à 1 11 7	detecção de distorção relevante resultante de maior do que o proveniente de la
Despesas administ. a pagar (c) (799) (799) Resultado	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento
Despesas administ. a pagar (c)         (799) (799)           Resultado         (364) (364)           Rec. de aceites camb.(b)         (364) (364)	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de
Despesas administ. a pagar (c)       (799)       (799)       (799)         Resultado       (364)       (364)       (364)         Rec. de aceites camb.(b)       (36.255)       (36.255)       (36.255)         Despesas administ. (c)       2017	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações</b>	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficâcia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação
Despesas administ. a pagar (c)	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e
Despesas administ. a pagar (c)	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administra-	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações felias pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas
Despesas administ. a pagar (c)	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou
Despesas administ. a pagar (c)   (799)   (799)   (799)	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Ávaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluírmos que existe incerteza relevante,
Despesas administ. a pagar (c)   (799)   (79	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração en ão expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis erespectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se
Despesas administ. a pagar (c)   (799)   (79	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que comprenedem o Relatório da Administração com a sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexióa com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, sonos requeridos a comunicar esse fato. Não	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se sa divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas
Despesas administ. a pagar (c)   (799)   (79	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluír modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade
Despesas administ. a pagar (c)   Resultado   Rec. de aceites camb. (b)   Lojas   Cartoles   Carto	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsasabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração es adequada apresentação das demonstrações financeiras e acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se so divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação gera, a estrutura e o conteúdo das demonstra-
Despesas administ. a pagar (c)   (799)   (799)   (799)	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que comprendem o Relatório da Administração ca não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, como sons requentidos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que elá determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras internos que elá determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras internos que elá determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe increteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe increteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representaras as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo
Despesas administ. a pagar (c)   Resultado   Rec. de aceites camb. (b)   Despesas administ. (c)	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsasbilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração a Instituição é responsável por essas outras informações que comprendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações das financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Não elaboração das supera demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para perm	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficacia dos controles internos da Instituição. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteudo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação a respeito, entre
Despesas administ. a pagar (c)   Resultado   Rec. de aceites camb. (b)   Despesas administ. (c)     Cardos	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsasabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que comprendem o Relatório da Administração. Nossa opinião osbre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela evaliação da capaci	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações é os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adadado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventusis deficiências significativas nos controles
Despesas administ. a pagar (c)   Resultado   Rec. de aceites camb. (b)   Despesas administ. (c)   Cartosc Coxilhas Participa-   Pessoas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Participa-   Pessoas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Participa-   Pessoas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Participa-   Cartosc Coxilhas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Pagar (c)   Cartosc Coxilhas Pagar (c)   Ca	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição ó responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, como a requentos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avalaição do demonstrações financeiras loves de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das emmonstrações financeiras, a administração é responsável pela avalaição da demonstrações financeiras, a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas ope	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações es es exentos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  Porto Alegre, 28 de março de 2019.
Despesas administ. a pagar (c)   Resultado   Rec. de aceites camb.(b)   Despesas administ. (c)   Cardos   Car	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsasbilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração a Instituição é responsável por essas outras informações que comprendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras o conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, a administração é responsável pela evalvação da capacidade de a demonstrações financeiras, a administração é responsável pela evalvação da capacidade de a demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração da demonstrações financeiras, a administração é resp	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. * Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas concluísões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e o seventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adquada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações internos que identificamos durante nossos trabalhos.  Porto Alegre, 26 de março de 2019.  KPMG Auditores fida entra da admitoria para planejado.
Despesas administ. a pagar (c)   Resultado   Rec. de aceites camb. (b)   Despesas administ. (c)   Cardes   Ca	auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição ó responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, como a requentos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avalaição do demonstrações financeiras loves de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das emmonstrações financeiras, a administração é responsável pela avalaição da demonstrações financeiras, a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas ope	erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e es es demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  Porto Alegre, 28 de março de 2019.